

O(A) ALUNO(A) COM DEFICIÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DE MACEIÓ/AL

David dos Santos Calheiros (UFAL) - david_calheiros@yahoo.com

Neiza de Lourdes Frederico Fumes (UFAL) - neizaf@yahoo.com

Resumo:

Nos anos recentes temos observado um número crescente de pessoas com alguma deficiência a frequentar escolas regulares brasileiras e a avançar em seu nível de escolaridade. Uma das consequências deste processo é que há uma ampliação no número de matrícula desses(as) alunos(as) na educação superior no Brasil. Sendo assim, esta pesquisa propôs-se a analisar o processo de inclusão de alunos(as) com deficiência em instituições do ensino superior da cidade de Maceió/Alagoas. Analisamos a opinião de universitários(as) com deficiência, sobre o processo de inclusão na educação superior, através de uma abordagem qualitativa de pesquisa. Os resultados confirmaram que a inclusão dos alunos com deficiência nas instituições de ensino superior da cidade de Maceió/Alagoas configura-se como algo ainda novo e que sofre interferências prejudiciais devido ao preconceito, à falta de acessibilidade, à ausência de recursos que possibilitem a permanência dos alunos com deficiência, entre outros.

Palavras-chave: Inclusão; Aluno com Deficiência; Educação Superior.

STUDENTS WITH DISABILITY IN HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS IN THE CITY OF MACEIÓ/AL

Abstract:

In recent years we have witnessed a growing number of people with some disability attending Brazilian regular schools and advancing in their educational levels. One consequence of this process is that it has increased the number of enrollment of these students in higher education in Brazil. Thus, this research aimed to analyse the process of inclusion of students with disabilities of higher education in the city of Maceió/AL. We analyzed the opinion of students with disabilities, about the process of inclusion in higher education, through a qualitative research approach. The results confirmed that the inclusion of the students with disabilities in higher education in the city of Maceió/AL is still something new and suffers harmful interferences due to the prejudice, lack of accessibility, absence of resources that make possible the permanence of the students with disabilities, among others.

Key-words: Inclusion; Students with Disabilities; Higher Education.

INTRODUÇÃO

As instituições de ensino superior (IES) enquanto órgãos sócio-educacionais reproduzem muitos dos traços característicos da sociedade a que pertence. Neste sentido, Moreira e Correia (2007) afirmam que a universidade não está fora da história de um país e reflete parte de suas tradições, de seus avanços e dos seus retrocessos. Ao mesmo tempo, as IES contribuem para a formação intelectual, cultural e política do país, as quais podem fomentar inovações na sociedade. Podemos assim dizer que as universidades mantem uma relação dialética com a sociedade, ou seja, ao mesmo passo que operam no meio social, elas acabam sofrendo influências que moldam o seu papel e o seu modo de agir.

Consequentemente, quando falamos de inclusão da pessoa com deficiência na educação superior encontramos fatos que favorecem este processo de emancipação e outros que atravancam. Dentre as características que influenciam negativamente as instituições de educação superior nesse processo, destacamos em especial, o estigma social que afastam as pessoas com deficiência dos espaços educacionais de ensino superior. Com relação ao estigma social, Magalhães *et al* (2008, p.2-3) entendem-no como “a concepção social sobre atributos diferentes em relação ao que é considerado padrão, como uma marca que determina alguns sujeitos como inferiores aos demais. É o modo como a sociedade vê, concebe e lida com a diferença”.

Sendo assim, entendemos que é essencial que as IES reflitam sobre seu papel no atendimento das pessoas com deficiência, para que todos possam ter a oportunidade de participar com sucesso no processo educacional. Dias, Silveira e Musis (2008, p.4) afirmam que “as pessoas com deficiência têm chegado às universidades e estas instituições têm encontrado inúmeras dificuldades e dúvidas com relação ao que precisam prover e a forma como devem se estruturar para receber esses alunos”.

Debates em Educação

Na maioria das vezes, estas dificuldades se apresentam como barreira atitudinal, falta de formação pedagógica e profissional dos órgãos diretivos (administração, coordenação e secretaria), ausência de acessibilidade e de recursos tecnológicos que contemplem a diversidade (ANDRADE; PACHECO; FARIAS, 2006). Outro empecilho que também dificulta a inclusão no ensino superior de pessoas com deficiência, sobretudo para os professores diz respeito à falta de conhecimentos relativos ao processo de ensino-aprendizagem desse alunado.

Disso decorre a importância de uma formação pedagógica que contemple a singularidade de cada indivíduo. Entretanto, Baraúna e Santos (2010) coloca que nem todos os docentes, em especial os que lecionam em universidades, se preocupam com a prática pedagógica voltada para a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e/ou com deficiências.

Sendo assim, concordamos com Rocha e Miranda (2009, p.6) quando menciona que “o papel social da universidade é fundamental, ela não poderá ser indiferente à diferença, é necessário que se busque um processo educacional mais justo e democrático”. As Instituições de Ensino Superior precisam adequar-se às necessidades educacionais de todos os alunos, sem exceções, garantindo-lhes as reais possibilidades para o desenvolvimento das suas potencialidades.

No entanto, na realidade brasileira, a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior ainda está longe da sua plena concretização. De acordo com Alcoba (2008), o movimento da inclusão educacional ainda é recente neste nível de ensino e ainda enfatiza a importância da presença das pessoas com deficiência para desafiar as instituições de ensino superior a buscar caminhos para transformar-se em um ambiente inclusivo e, desta forma, permitir as condições propícias para o exercício de sua capacidade e autonomia.

De modo geral, a inclusão educacional de pessoas com deficiência no ensino superior “não está ligado a um processo que se finda nos meios de mobilidade social, ou seja, a ‘ascensão’ de uma classe social mais ‘baixa’ para outra mais ‘elevada’ ou de uma classe especial para outra regular” (SANTOS, 2008, p.18). Salientamos ainda que

Debates em Educação

a inclusão da pessoa com deficiência na educação superior parte do princípio de que a formação universitária é cada vez mais essencial para o desenvolvimento profissional e a obtenção de um emprego (VARGAS, 2006).

Sendo assim, faz-se necessário refletir sobre o caráter inclusivo nas instituições de ensino superior, para que todas as pessoas possam ter as mesmas oportunidades de progredir no ambiente acadêmico e profissional. No caso particular da pessoa com deficiência, a efetivação de seu direito em muito irá contribuir para que haja o seu empoderamento e o fim da tutela que tão fortemente tem marcado as ações da sociedade em relação a esse grupo de pessoas.

Considerando a recenticidade desse processo na realidade brasileira e alagoana, como também a sua importância, propusemo-nos neste estudo analisar o processo de inclusão de alunos(as) com deficiência em instituições do ensino superior da cidade de Maceió/AL. Mais especificadamente, analisaremos a opinião de universitários(as) com deficiência acerca do processo de inclusão de pessoas com deficiência na educação superior.

METODOLOGIA

Esta pesquisa possui uma natureza qualitativa, posto que considera a comunicação do pesquisador com o campo e seus membros como parte explícita da produção de conhecimento (FLICK, 2004). Para a recolha de dados utilizamos a entrevista semi-estruturada, com caráter reflexivo. De acordo com Szymanski (2005), neste tipo de entrevista torna a possível que a subjetividade dos protagonistas revele-se (no caso os/as universitários com deficiência tantas vezes emudecidos/), podendo se constituir um momento de construção de um novo conhecimento.

Para a definição dos sujeitos da pesquisa, inicialmente levantamos as instituições de ensino superior, sediadas na cidade de Maceió, cadastradas no Portal de Avaliação do Ensino Superior, no ano de 2009. Eram 17 IES, com cursos na modalidade presencial e sede na Maceió/AL. Destas instituições, selecionamos

Debates em Educação

aleatoriamente 12 delas, resguardando que estivessem representadas instituições públicas e privadas, faculdades isoladas, centros universitários e universidades. A partir desta seleção, foram feitas visitas *in loco* por um dos pesquisadores envolvidos no projeto para identificação de estudantes com deficiência regularmente matriculados na instituição e realizar o convite para a participação na pesquisa.

Deste procedimento, verificamos que em 07 instituições das instituições visitadas (01 pública e 06 privadas) havia alunos com deficiência e houve a aceitação para participar da pesquisa, 02 instituições havia alunos com deficiência, porém não houve aceitação do projeto, e 03 instituições não tinham alunos com deficiência matriculados e, portanto, não participaram da pesquisa.

No âmbito das 07 IES, foram identificados 38 alunos com deficiência devidamente matriculados. Destes, 35 universitários participaram da pesquisa. Cabe dizer que dos 03 restantes, 01 mostrou-se indiferente à pesquisa e 02 não foram encontrados.

Atendidos os critérios de participação no estudo (possuir uma deficiência – física, sensorial, intelectual ou múltipla – e estar devidamente matriculado em sua instituição), era explicado ao universitário o projeto de pesquisa e caso houvesse a sua aquiescência, o termo de consentimento livre e esclarecido da pesquisa deveria ser assinado e logo em seguida era realizada a entrevista individual, a qual era gravada (áudio) na íntegra e posteriormente transcrita por um dos pesquisadores.

A análise de conteúdo utilizada foi a temática¹, a partir da leitura flutuante dos materiais recolhidos, a fim de fazer um reconhecimento dos temas relevantes da pesquisa. Foram identificadas três categorias, a saber: I. A inclusão do aluno com deficiência no ensino superior; II. O ingresso à educação superior de pessoas com deficiência; e, III. A atuação dos órgãos diretivos no processo de inclusão dos alunos com deficiência, as quais passarão a ser apresentadas.

¹ Não está a ser utilizado o conceito “análise de conteúdo temática”, consagrado por Bardin, no intuito de não se gerarem confusões de que a análise aqui conduzida tenha um caráter quantitativo (que não é o caso), visto que tradicionalmente este tipo de análise tem sido utilizado desta maneira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados mostram que dos 35 participantes da pesquisa, 23 alunos possuíam deficiência física, 06 deficiência auditiva/surdez, 03 deficiência visual e 03 deficiência intelectual. A instituição nº2 (faculdade privada) era a que tinha o maior contingente de alunos com deficiência matriculados e o curso de Educação Física era o que possuía o maior número de alunos com deficiência. Por outro lado, a instituição de nº1 era a com menor percentual de alunos com deficiência matriculados.

Feito a caracterização inicial dos sujeitos, passemos a uma análise mais específica das categorias de análise.

I. INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

O fato de o ensino superior estar mais acessível à população brasileira, como podemos perceber através do Censo da Educação Superior de 2008 (INEP)², eleva a importância de um sistema educacional em que todos possam ter as mesmas oportunidades e conseqüentemente possibilidades de frequentar estes espaços educacionais e desenvolver suas potencialidades. Neste sentido, incluímos o direito das pessoas com deficiência não só frequentarem os espaços educacionais das instituições de ensino superior, mas que também tenham toda uma equiparação de oportunidades. Com relação à inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, Chahini e Silva (2007, p.1) retratam que:

A inclusão de pessoas com necessidades especiais nas instituições de educação superior (IES) não representa concessão de privilégios, mas a promoção da equiparação de oportunidades, para que elas sejam incluídas na sociedade como cidadãs plenas de direitos para o desenvolvimento de suas potencialidades.

² Houve um aumento na ordem de 10,6% nas matrículas em relação ao ano anterior, totalizando 5.808.017 alunos matriculados em cursos de graduação presencial e a distância.

Debates em Educação

Como afirmam as autoras acima, a inclusão na educação superior não deve ser encarada como um processo que tem por objetivo privilegiar uma classe em detrimento da outra, todavia como a busca por uma educação que atenda a todas as pessoas e considera que todos podem aprender juntos e desenvolver-se social e pessoalmente, independente das suas características.

Devemos ainda nos atentar que a inclusão educacional está firmada em vários instrumentos legais nacionais. Primordialmente, podemos citar a nossa Constituição Federal, de 1988, como ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/1996), a Lei 10.098/2000, regulamentada pelo Decreto 5.296/2004, o Decreto 6.949/2009 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos da pessoa com deficiência, entre outros.

Para que não se pense que a inclusão educacional é um simples paradigma educacional restrito ao nosso território nacional, é necessário fazer menção de alguns poucos documentos internacionais, os quais foram fundamentais no processo de consolidação desta perspectiva, como a Declaração de Educação para Todos, de Jomtien, de 1990; a Declaração de Salamanca, de 1994; a Declaração Internacional de Montreal de Montreal sobre a Inclusão, de 2001; e, mais recentemente a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, de 2006.

Diante disso, percebemos através de nossa pesquisa que os alunos com deficiência das IES de Maceió-AL, consideravam a inclusão educacional no ensino superior como sendo uma parte inerente ao processo educacional e que, portanto, deveria ser encarada com uma possibilidade semelhante à da dos demais estudantes que não possuem deficiência. Os universitários indicaram ainda a necessidade de mudança de mentalidade da sociedade sobre a pessoa com deficiência e as suas possibilidades.

Os relatos dos sujeitos a seguir explicitam o que mencionamos:

Eu acho que isso deveria ser encarado de uma forma natural porque muitas pessoas olham para as pessoas com deficiência na universidade e às vezes acha estranho [...] eu acho que isso deveria

Debates em Educação

ser encarado de uma forma natural porque somos pessoas, entendeu? Nós temos as nossas limitações, às vezes maior que as das outras pessoas, mas quem não tem? Então, eu acho que isso ainda é uma coisa que tem que mudar (Aluna Carla³).

Eu acho que, independente de tudo, a gente deve acreditar na nossa capacidade independente de raça, cor, sexo, tipo de deficiência, não importando nada apenas adquirir o seu conhecimento para o seu futuro porque isso que importa (Aluna Paula).

Como foi percebível nas falas, o preconceito ainda está muito presente no cotidiano das pessoas com deficiências, tornando-as inferiores às demais pessoas e prejudicando o desenvolvimento. Neste sentido, Lima e Tavares (2008) analisam tal situação como sendo uma forma de barreira atitudinal, advinda do desconhecimento das reais possibilidades do aluno com deficiência e criada a partir dos estereótipos.

Vale ainda ressaltar que o preconceito social não é a única dificuldade encontrada pelos alunos com deficiência nas instâncias das IES de Maceió-AL, tendo em vista que tais alunos revelaram que não há uma preocupação efetiva por parte das políticas públicas governamentais para financiamento de ações que promovam a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Como expressa os recortes a seguir:

A gente só vê falar em cota, primeiro para racial, agora de escola pública, mas a gente nunca falou em cota para pessoas com deficiência. Acho que deveria incluir também [nas políticas públicas de governo] (Aluno Bruno).

No que se refere às políticas de financiamento advindas do Governo Federal e direcionadas para a inclusão na educação superior, nos anos mais recentes constatamos que foram propostos o PROUNI e o INCLUIR, que de certa forma

³ Todos os nomes que aparecem nesse artigo foram modificados para preservar a identidade dos participantes.

Debates em Educação

contribuem para a ampliação do acesso dos brasileiros historicamente excluídos das instituições de ensino superior brasileiras. No entanto, estas ações ainda são insuficientes para reverter o quadro de exclusão na educação superior da pessoa com deficiência, sendo necessárias outras ações, para que mais pessoas com deficiências possam adentrar nos espaços acadêmicos, com possibilidade de aprendizagem e conclusão de curso.

Algumas universidades públicas, dentre elas a UERJ, tem procurado reverter este quadro da exclusão educacional de pessoas com deficiência através da política de cotas, viabilizando desta maneira uma inclusão emergencial (REGO BARROS, 2008). Sobre este caso, o autor ainda diz que a UERJ é uma das primeiras universidades a adotar esta política de cotas, no entanto, vem defrontando-se com sérios prejuízos por não possuir um amparo político que garanta a permanência e a conclusão de curso dos alunos que advêm deste sistema de cotas. O que determina a própria descaracterização da política de cotas como um mecanismo de inclusão devido não haver uma política que garanta permanência.

A ampliação do acesso à educação superior ainda tem um grave obstáculo a ser transposto - o fato de que poucas são as pessoas com deficiência que chegam a concluir a educação básica com sucesso e a aprendizagem de qualidade. Desta forma, ainda se faz necessário garantir na educação básica que a pessoa com deficiência não apenas tenha acesso à educação, mas que, sobretudo, possa permanecer e aprender com sucesso aqueles conteúdos que são esperados para esta fase. Ferrari e Sekkel (2007) corroboram com esta ideia ao considerarem que as condições educativas oferecidas no decorrer da educação básica, principalmente da rede pública, não foram propícias para a aprendizagem dos conhecimentos exigidos pelos órgãos competentes de organização de processos seletivos.

Esta realidade é percebida pela própria pessoa com deficiência, como podemos observar no fragmento que se segue:

E também para entrar em uma instituição, você tem que ter verba.
Certo que tem a [instituições de ensino superior] privada e a pública

Debates em Educação

mas para entrar em uma [universidade] pública é bem difícil. Tem que ter bagagem (Aluna Cristiane).

O fragmento anterior apresenta-nos outro aspecto que vem marcar o processo de inclusão da pessoa com deficiência na educação superior - o acesso à educação superior para estas pessoas acaba se dando, principalmente, por via das instituições privadas de ensino superior. No caso particular deste estudo, a ampla maioria dos universitários (as) era proveniente das instituições privadas, 34 no total, sendo apenas 1 universitário proveniente de uma instituição de caráter público. Esta situação traz outros complicadores para a permanência deste aluno neste nível de ensino, nomeadamente, poucos deles conseguem arcar com os custos de um curso de nível superior em uma instituição privada (FERRARI; SEKKEL, 2007).

Diante desta circunstância complexa que as pessoas com deficiências encontram para adentrar, permanecer e concluir um curso em uma instituição de ensino superior entendemos que sejam necessárias que estas instituições de ensino, sejam elas públicas e privadas, e as políticas governamentais contemplem uma postura que aceite as diferenças existentes e que por sua vez vá além desta aceitação (SILVA FILHO; FONSECA, 2008). Proporcionando as pessoas com deficiência as mesmas condições de igualdade, como qualquer outro ser humano, as quais lhes possibilitem participar de forma efetiva de sua aprendizagem e a desenvolver suas potencialidades.

II. O INGRESSO E A PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Como já mencionamos anteriormente, o processo de ingresso de pessoas com deficiências nas universidades brasileiras vem aumentando nos últimos anos. Todavia, como bem lembram Castro *et al* (2008) torna-se necessário que além da matrícula tais instituições de ensino superior criem meios para promover a permanência desses

Debates em Educação

alunos na educação superior, para que eles tenham seus direitos de acessibilidade garantidos.

Desta maneira, é imprescindível que todas as instituições educacionais, em todos os seus níveis de ensino, tenham a sensibilidade de que garantir a permanência dos alunos com deficiência não é uma questão de bom senso, mas sim, de obrigatoriedade, como determina a nossa lei máxima, a Constituição Federal, de 1988.

No que se refere à realidade das instituições de ensino superior de Maceió/AL, pudemos constatar que alguns universitários com deficiência percebiam que foram criados meios pela instituição para garantir a realização do processo seletivo em condições satisfatórias. Esta realidade pode ser percebida no relato abaixo:

No momento do vestibular foi ótimo. Eu tive os recursos disponíveis, como prova ampliada, cadeira separada e o tempo necessário para fazer a prova. No momento de inscrição foi normal aqui através do computador e da instituição. Então, avalio como um processo muito bom (Aluna Paula).

No entanto, esta realidade vivenciada por alguns dos entrevistados não ocorreu para todos os participantes da pesquisa. Mais especificamente, nem todos os universitários tiveram as mesmas condições de acessibilidade à comunicação (intérpretes, provas em braile ou ampliada), a ampliação de tempo de prova ou a quaisquer outros meios/recursos que lhes proporcionassem igualdade de condições no momento do processo seletivo. Vejamos abaixo os fragmentos que explicitam tais situações:

Algumas faculdades não dão condições de ter intérpretes de LIBRAS. Aqui foi uma confusão porque na hora da prova não tinha lá uma pessoa capacitada para interpretar a prova de vestibular para ingressos [...] (Aluno Fernando).

Debates em Educação

No vestibular, o tempo é igual para todos. Deveria ter um tempo maior. Eu escrevo devagar, o que você escreve em meia hora eu escrevo em 45 minutos [...] (Aluno Pedro).

Quando eu vim fazer minha inscrição no vestibular fiz a solicitação da prova ampliada, mas quando cheguei para fazer a prova não tinha prova ampliada, não tinha alguém para me auxiliar no gabarito e eu já comecei a me preocupar daí (Aluna Marta).

Apesar destas circunstâncias constrangedoras e adversas vivenciadas no processo seletivo, estes universitários conseguiram ingressar no ensino superior de Maceió/AL. De certo modo, estas circunstâncias antecipam as dificuldades que a maioria dos universitários irá enfrentar ao longo de sua formação superior. Neste sentido, Fortes (2005) afirma que as pessoas com deficiência tem garantido o acesso às instituições de ensino superior, o que sem dúvida, se constitui num avançado efetivo. Entretanto, essas pessoas enfrentam diversas barreiras no processo de permanência na instituição.

Como dissemos, as dificuldades e os constrangimentos ultrapassam o processo seletivo. A seguir trazemos alguns recortes que descrevem o cotidiano dos universitários com deficiência na instituição e ilustram o difícil desafio de permanecer na instituição e aprender sem ter as suas peculiaridades consideradas:

Aluna Maria: Quando o professor chegou começou a fazer a chamada e eu lá calada né, surda! Aí demorou e ele dando aula e eu sem entender nada, não tinha intérprete. Eu só observava, depois acabou a aula e não conversei com ninguém e fui embora, foi assim meu primeiro dia.

Pesquisador: você solicitou intérprete antes de ingressar na faculdade?

Aluna Maria: Não, depois eu fui falar com a coordenação, aí a gente explicou que precisava de um intérprete. Fiz solicitação, quer dizer a

Debates em Educação

coordenação, eu não, ela fez, ligou e chamou intérprete [...] mais ou menos no 5º período foi quando chegou intérprete.

Pesquisador: Como foram esses períodos sem intérprete?

Aluna Maria: no 1º, 2º, 3º e 4º [períodos] não tinha [intérprete], eu fui perdendo muitas matérias. Fiquei triste por causa disso, mas quando ela [intérprete] chegou é que comecei a aprender, a progredir no curso, mas antes não existia progresso.

Foi mais ou menos. Tive problemas porque quando cheguei não tinha intérprete. Tinha um monte de ouvintes que eu não conhecia. Fiquei meio envergonhada e a mulher começou a perguntar cadê o intérprete e então se começou a exigir da faculdade. O coordenador ficou preocupado. Ele tinha esquecido que eu era surda. Tive problemas porque tive que assistir aula sem intérprete (Aluna Priscila).

É relevante mencionar que, apesar dos progressos em tornar a instituição mais acessível a todos, o direito dos alunos com deficiência ter as mesmas condições de participação nos cursos que os demais alunos sem deficiência, ainda não é inteiramente garantido e nem sempre compreendido (ALCOBA, 2008).

III. ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DIRETIVOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

O sistema educacional de ensino superior, dentre as suas competências institucionais, deve contribuir para que as necessidades educacionais de seus alunos com deficiência sejam atendidas, para que eles possam aprender e participar ativamente das atividades acadêmicas. Nesta mesma direção, Thoma menciona que:

Não há como negar que as exigências são muitas e que não basta apenas a boa vontade de alguns. Inclusão exige rupturas e a busca de alternativas viáveis, pois também é certo que todos têm o direito de alcançar maiores índices de escolarização e uma política precisa ser urgentemente pensada para isto (2006, p. 2).

Debates em Educação

É interessante notar ainda que, apesar das grandes exigências que o paradigma da inclusão denota, a responsabilidade pela efetivação deste processo não compete apenas aos alunos, aos professores, aos órgãos diretivos, as famílias e a sociedade, mas todos devem trabalhar conjuntamente para a sua efetivação. No entanto, Magalhães *et al* (2008) destacam a relevância dos órgãos diretivos das instituições de educação superior (coordenação, administração e secretaria) em relação ao processo de inclusão de alunos com deficiência.

Particularmente neste estudo, a ampla maioria dos universitários com deficiência avaliou positivamente a atuação dos órgãos diretivos de suas instituições educacionais e considerou que os dirigentes tinham desempenho satisfatório na execução de ações que garantiam a sua permanência na educação superior. Ainda é relevante mencionarmos que a relação estabelecida entre tais órgãos diretivos e os alunos com deficiência foi caracterizada como sendo tranqüila e bastante próxima, o que de certa forma contribuía para que não ocorressem desavenças ou descontentamentos. Vejamos como os universitários descreveram esta relação:

Aluna Glenda: É. Alguns [membros dos órgãos diretivos e técnicos administrativos] estão fazendo cursos de LIBRAS. O coordenador também conversa. Ajuda. É uma relação amistosa.

Pesquisador: Você já precisou em algum momento do coordenador, ou da secretaria e não foi atendida?

Aluna Glenda: Não, o coordenador, o coordenador sempre, sempre, sempre me atende, quando vou [fazer alguma solicitação].

Desde o início, eles me acolheram muito bem, com a máxima de atenção possível. Nunca tive reclamação. Eles sempre me tratam bem demais (Aluno Pedro).

Debates em Educação

Minha relação com coordenação é muito boa, não tenho o que reclamar. Ela me atende, me compreende, inclusive ela disse que se eu precisasse dela em qualquer momento, eu procurasse ela (aluna Paula).

Entretanto, uma pequena parcela dos alunos com deficiência mostrou-se descontentes e mesmo desanimados com a inoperância dos órgãos diretivos, relatando que suas necessidades educacionais não estavam sendo atendidas, nem tampouco reconhecidas por tais órgãos. Além disso, houve reclamação da burocracia e da morosidade para se obter apoio educacional, que era o seu direito, o que os levava a deixar de fazer solicitações. Vejamos as falas:

Pesquisador: você já solicitou algo?

Aluna Marly: a gente pede, mas é difícil. As coisas não acontecem. Há alguns anos eu e algumas amigas pedimos. Perguntávamos: cadê o intérprete? A gente ia todos os dias e então depois desistimos. [...] O certo seria um intérprete para cada uma [existe apenas uma intérprete para duas alunas], já que estamos em períodos diferentes, mas a coordenadora até agora nada, e a gente sabe que isso é direito e eles não reconhecem.

Aluna Telma: A faculdade sabe da minha condição, mas não tem nenhum benefício não assim, cadeira, porque com essa dor na coluna eu necessito de uma cadeira melhor. Não tem nada de benefício aqui não [...] Eu acho assim que se eu for lá requerer vai ser um protocolo enorme, eu vou me estressar [...].

Ainda que no contexto investigado tenha sido observado apoio por parte dos órgãos diretivos para a inclusão do universitário com deficiência, é preciso reconhecer que ainda são necessárias mudanças estruturais, pedagógicas e administrativas nas instituições e, também, na concepção do homem (ROSSETO, 2008). Entendemos ainda que seja necessário que se faça uma profunda reflexão acerca de como vem se trabalhando as ações de permanência voltadas às necessidades dos alunos com

Debates em Educação

deficiência. Também é inevitável que esta instituição, além de refletir sobre suas práticas, reorganize-se de modo a se tornar um estabelecimento de ensino inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões engendradas neste trabalho acerca da inclusão do aluno com deficiência nas instituições de ensino superior de Maceió/AL, pudemos verificar que a inclusão nesse nível de ensino ainda traz grandes desafios para as instituições de ensino superior.

De um modo geral, as dificuldades que foram identificadas durante o processo educacional, são compreendidas em torno da ausência de um atendimento educacional especializado, que supra as necessidades educacionais dos alunos com deficiência e possa preparar a comunidade universitária para o acolhimento desse alunado. Este fato leva-nos a ponderar que ainda não há uma política institucional para a promoção da inclusão nas instituições de ensino superior de Maceió/AL.

Desse modo, é necessário que as instituições de ensino superior de Maceió/AL revejam ou criem a sua política para o atendimento dos alunos com deficiência, como ainda haja investimentos em materiais pedagógicos especializados, na qualificação docente, na infraestrutura e na luta contra qualquer forma de discriminação. Trabalhando desta forma, as instituições de ensino superior atenderão de forma adequada o ingresso e garantirão a permanência e a conclusão do curso de nível superior do aluno. Tais ações contribuirão com que a inclusão no âmbito da educação superior se efetive e dê possibilidades para que todas as pessoas, sem qualquer forma de discriminação, possam ter a oportunidade de participar com sucesso do processo educacional.

REFERÊNCIAS

ALCOBA, S.A.C. **Estranhos no ninho**: a inclusão de alunos com deficiência na Unicamp. 2008. 235f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

ANDRADE, M. S. A.; PACHECO, M. L.; FARIAS, S. S. P. Pessoas com deficiência rumo ao processo de inclusão na educação superior. **Revista Conquer**, v. 1, p. 01-05, 2006.

BARAÚNA, S. M.; SANTOS, A. F. Docência universitária: uma perspectiva inclusiva. In: G. S. NOVAIS; G. A. CICALINI (Ed.). **Formação docente e práticas pedagógicas**: olhares que se entrelaçam. Belo Horizonte, Araraquara: Junqueira & Marin, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 15 de setembro de 2011.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: MEC/CNE, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992:dir-ettrizes-para-a-educacao-basica&catid=323:orgaos-vinculados>. Acesso em: 20 de outubro de 2011.

BRASIL. **Decreto 10.098**, de 2000.

BRASIL. **Decreto 6.949**, de 25 de agosto de 2009.

BRASIL. INEP. Portal de Avaliação do Ensino Superior. Disponível em: <<http://sinaes.inep.gov.br/sinaes>>. Acesso em 10 de maio de 2009.

CASTRO, S. F.; MOREIRA, L. C.; ALMEIDA, M. A. FREITAS, S. N. Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior: UFSM, UFPR E UFSCAR. In: **III Congresso Brasileiro de Educação Especial**. São Carlos, pp. 01-09, 2008.

CHAHINI, T. H. C.; SILVA, S. M. M. Educação Superior: os desafios do acesso e da permanência de alunos com deficiência auditiva em São Luís do Maranhão. In: **XVIII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte Nordeste/EPENN**. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, pp. 01-09, 2007.

DECLARAÇÃO DE MONTREAL. **Rede Saci**. São Paulo, 2001. Disponível em <<http://www.saci.org.br>>. Acesso em: 08 agosto de 2011.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Necessidades Educativas Especiais – **NEE** In: **Conferência Mundial sobre NEE**: Acesso em: Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO 1994.

DIAS, S. T. G.; MUSIS, C. R.; SILVEIRA, G. L. 2008. Um olhar sobre as dificuldades da inclusão presentes na escola e na sociedade. In: **Pós-graduação em educação**: avaliação e perspectiva. Cuiabá, pp. 01-11, 2008.

Debates em Educação

FERRARI, M.; SEKKEL, M. C. Educação Inclusiva no Ensino Superior: um novo desafio. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 27, p. 636-647, 2007.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed.. – Porto Alegre: Bookman, 2004.

FORTES, V. G. G. F. F. **A inclusão da Pessoa com deficiência visual**: na UFRN: a percepção dos acadêmicos. Natal, Rio Grande do Norte. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Grande do Norte – UFRN, 2005.

LIMA, F. J.; TAVARES, F. S. S. Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. In: SOUZA, Olga Herval. (Org.). **Itinerários da inclusão escolar**. Canoas; Porto Alegre, v. 1, pp. 23-32, 2008.

MAGALHÃES, R. B. P.; FERREIRA, F. A. B.; LESSA, J. P. L.; SILVA, M. C. Perfil do pedagogo e os desafios da educação inclusiva: a perspectiva de gestores de um curso de Pedagogia. In: **III Congresso Brasileiro de Educação Especial**. São Carlos, 2008.

MOREIRA, L. C.; CORREIA, G. Transformando nós em laços: Percalços e vicissitudes da inclusão na Universidade Federal do Paraná. In: **16º COLE (Anais)**. Campinas, pp. 01-10, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 2006. Disponível em <<http://www.bengalalegal.com/onu.php>>. Acesso em 8 julho de 2011.

REGO BARROS, C. F. Contextualizando a adoção das políticas de cotas nas universidades: o caso da UERJ. **Revista História Agora**, v. 5, p. 1-21, 2008.

ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. In: **Revista Educação Especial** v. 22, n. 34, p. 197-212, maio/ago. 2009.

ROSSETTO, E. Políticas de inclusão no ensino Superior no Brasil. **Revista Temas & matizes**, v, 13, pp. 01-11, 2008.

SANTOS, J. M. F. Dimensões e diálogos da exclusão: um caminho para inclusão. In: SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. **Inclusão em educação**: culturas, políticas e práticas. 2 Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA FILHO, J. L. F.; FONSECA, S. M. C. R. 2008. O movimento de Inclusão na Universidade: relações entre ergonomia e educação. In: **VIII Symposium internacional la computadora**: una oportunidad para la discapacidad. Montividéo, pp. 78-98, 2008.

SZYMANSKI, H. Entrevista reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. IN: SZYMANSKI, H. (Org.). **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. Brasília, LiberLivro, 2005.

THOMA, Adriana da Silva. A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: Ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...). Isso exige certamente uma política especial... . In:

Debates em Educação

29ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Caxambú/MG, 2006. pp. 1-18.

UNESCO. **Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos:** Plano de Ação Para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Jomtien, Tailândia - março de 1990.

VARGAS, G. M. S. A inclusão no ensino superior: a experiência da disciplina prática pedagógica – prática de ensino de uma turma de alunos cegos e com baixa visão. In: **Ponto de vista**, Florianópolis, n. 8, p. 131-138, 2006.